

Congressistas lamentam o que não legislaram

O que o Congresso Nacional não aprovou nesta legislatura (de 1983 a 86) e que deveria ter aprovado? Esta pergunta foi feita a quatro parlamentares que exercem cargos de liderança em seus partidos: deputado José Lourenço (líder do PFL), senador Alfredo Campos (líder do PMDB), deputado Amaral Netto (líder do PDS) e deputado Amaury Müller (líder em exercício do PDT). Os líderes da Aliança Democrática (PMDB e PFL) citaram alguns projetos de lei do Executivo, como a Lei de Greve e o chamado Antiviolação, que deixaram de ser apreciados por serem "polêmicos".

O líder do PDS acha que tudo se resume à "volta das prerrogativas do Congresso". Para Amaral Netto, "as prerrogativas valem mais que qualquer outra proposição." Já o líder pedetista gostaria que tivesse sido revogado nada menos que o "modelo econômico".

Para o deputado Amaury Müller (RS), a Nova República herdou um modelo econômico do regime autoritário e "não o mudou". Ele entende que apesar do Poder Legislativo ser "atrofiado e castrado", deveria ter tentado mudar o modelo econômico, que é "monetarista, enquanto a crise brasileira é estrutural, ou seja, de estruturas superadas".

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), lamenta que o Congresso tenha deixado de votar a chamada Lei Fleury, que acaba com a figura do réu primário. Quanto à Lei de Greve, apesar de ser um "apologista do anteprojeto elaborado pelo ministro Almir Pazzianotto" (do Trabalho), José Lourenço defende que a apreciação desta matéria "deve esperar pela Constituinte".

O senador Alfredo Campos, líder do PMDB, prefere falar das realizações do Congresso, em particular da aprovação do Plano Nacional de Informática (Planin), que assegura a reserva de mercado para as empresas nacionais do setor. Segundo Alfredo Campos, "isto foi a coisa mais importante que o Senado votou nesta legislatura". O senador faz questão de ressaltar que, "apesar deste ano ter sido eleitoral, o Senado votou uma enormidade de proposições nos esforços concentrados".

A exemplo de José Lourenço, Alfredo Campos também gostaria que o Congresso tivesse aprovado o "pacote antiviolação" e a Lei de Greve. Já Amaral Netto, do PDS, entende que o "entulho autoritário", que era criticado quando o PMDB era oposição, passou a ser entulho utilitário, já que o PMDB usa e abusa do decreto-lei". De acordo com Amaral, o decreto-lei deveria ter um prazo para ser rejeitado e não aprovado por decurso de prazo. "Resumindo", explica Amaral Netto, "o Congresso tinha que ter aprovado a volta de suas prerrogativas".

Amaury Müller também lamentou que a Legislativo não tenha recuperado suas prerrogativas e criticou o decreto-lei, "que não deveria ser arquivado para sempre, mas usado com parcimônia e somente em momentos excepcionais". Em sua opinião, essa legislatura deveria ter revogado "todos os mecanismos de força herdados do poder autoritário, como as leis de greve, de segurança nacional, de imprensa e alguns apêndices, como o estado de emergência".

O chamado pacote antiviolação, que o Congresso não votou, é formado por três projetos-de-lei do Poder Executivo: 7.859/86, 7.860/86 e 7.865/86. O primeiro regulamenta as atividades particulares da vigilância armada, transporte de valores e formação de pessoal destinado ao desempenho dessas atividades. O segundo, trata das medidas de repressão à criminalidade violenta e introduz alterações nos Código Penal e de Processo Penal, conhecido como "Lei Fleury". Finalmente, o último projeto, institui o Sistema Nacional de Armas, Munições e Explosivos (Sinae) e define crimes, como por exemplo o da apreensão de armas de fogo.

O Congresso também deixou de votar a Lei de Greve, que regula a negociação coletiva de trabalho e o exercício do direito de greve; o projeto de lei que regulamenta a produção e controle de medicamentos; o projeto que trata da atividade de "mãe social"; projeto que destina recursos para custeio de programas de apoio a crianças e pessoas idosas pobres; projeto que regulamenta o trabalho do menor, entre outros.